



**CÂMARA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES

01. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), divulgados hoje (31.07), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam novas informações sobre o mercado de trabalho brasileiro.

(Agência Brasil. <https://bit.ly/2Mtg6Cc>. Acesso em 03.09.2019. Adaptado)

Dentre as informações, destaca-se o fato de

- (A) o desalento atingir cerca de 10% da força de trabalho brasileira.
- (B) o setor primário da economia ter garantido o aumento das vagas de trabalho.
- (C) o número de pessoas subutilizadas ter sido reduzido no último semestre.
- (D) a informalidade atingir mais de 35 milhões de trabalhadores.
- (E) o rendimento médio do trabalho ser o mais alto dos últimos cinco anos.

02. O governo do país propôs ao Parlamento nesta segunda-feira (05.08) a revogação do *status* especial dado à região da Caxemira, que garante mais autonomia administrativa.

A Caxemira é uma região disputada entre dois países que já tiveram três guerras desde 1947 por causa do território. Uma pane dos serviços de comunicação atingiu a Caxemira, e há medidas para proibir encontros em locais públicos.

(G1 Globo. <https://glo.bo/2IFyD2Y>. Acesso em 03.09.2019. Adaptado)

A respeito da região em conflito, é correto afirmar que

- (A) a China tem demonstrado interesse econômico sobre a Caxemira, o que provoca problemas político-militares com a Índia, país que controla o território.
- (B) as minorias étnicas que vivem na região têm ampliado as tentativas de independência e provocado a interferência direta do Paquistão e da China, interessados no território.
- (C) a Índia e o Paquistão, ambos os países detentores de bombas atômicas, defendem seus interesses geopolíticos, étnicos e religiosos sobre o território.
- (D) a indefinição da fronteira da Caxemira, entre a Índia e o Nepal, tem provocado conflitos, o que restringiu os direitos dos grupos muçulmanos que vivem na região.
- (E) a presença na Caxemira de milhares de refugiados da etnia rohingya, fugindo de Mianmar, tem provocado conflitos na região e, principalmente, entre este país e a Índia.

03. Um “drama político realista com elementos de *thriller* romântico ficcional” é uma das definições possíveis para o filme que estreou na última quinta-feira (12.09) nos cinemas. Ambientado em Porto Alegre no ano de 1961, o longa narra a trajetória do movimento político-social que buscava concretizar a posse do presidente João Goulart, o “Jango”, em meio a pressões dos setores militares, que clamavam por um impedimento.

(Terra. <https://bit.ly/2khxrCl>. Acesso em 23.09.2019. Adaptado)

A notícia refere-se ao filme

- (A) Bacurau.
- (B) Simonal.
- (C) A voz do silêncio.
- (D) A vida invisível.
- (E) Legalidade.

04. O chinês Qu Dongyu assumiu na quinta-feira, 1º de agosto, o cargo de diretor-geral de um dos mais importantes órgãos da ONU (Organização das Nações Unidas), substituindo o brasileiro José Graziano da Silva, que ocupou o cargo desde 2012.

(Exame. <https://bit.ly/2IXNB4d>. Acesso em 02.09.2019. Adaptado)

O brasileiro Graziano foi dirigente da

- (A) UNESCO, órgão que cuida da educação, ciência e cultura em caráter mundial.
- (B) FAO, órgão destinado a cuidar da agricultura e alimentação em nível mundial.
- (C) OMS, órgão responsável pelas campanhas mundiais ligadas à saúde da população.
- (D) OIT, órgão que gerencia as condições de trabalho da população em nível mundial.
- (E) Unicef, órgão que estabelece cuidados especiais para a infância em caráter mundial.

05. Em 07 de setembro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, cancelou um encontro secreto que faria com líderes do Talibã na base militar de Camp David, em Maryland. O mandatário disse que a decisão foi tomada após o grupo assumir a autoria de um ataque terrorista que matou mais de uma dezena de pessoas, incluindo um soldado norte-americano.

(TERRA. <https://bit.ly/2k9MQVg>. Acesso em 08.set.2019. Adaptado)

O objetivo do encontro era

- (A) promover o desarmamento da região síria que envolveria a expulsão dos curdos do território.
- (B) ampliar o diálogo entre as forças de paz da ONU e os grupos rebeldes do Hamas.
- (C) estabelecer conversações entre aliados e os que defendem as pesquisas nucleares do Irã.
- (D) definir estratégias para o desarmamento dos rebeldes e a reconstrução do Iraque.
- (E) discutir um acordo de paz que incluiria a retirada de tropas norte-americanas do Afeganistão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

06. A Constituição Federal, ao tratar dos Municípios, estabelece

- (A) os limites mínimo e máximo do número de Vereadores de acordo com a faixa populacional.
- (B) que o parecer prévio, emitido sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
- (C) que o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais no início de cada nova legislatura, condicionado ao que dispõe a Constituição do Estado.
- (D) sua regência por lei orgânica, a ser aprovada em votação simples por três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- (E) que a Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

07. Em Direitos Humanos, é correto afirmar que o critério da máxima efetividade

- (A) exige que a interpretação de determinado direito conduza ao maior proveito do seu titular, com o menor sacrifício imposto aos titulares dos demais direitos em colisão.
- (B) exige que a interpretação seja transparente e sincera, evitando a adoção de uma decisão prévia e o uso da retórica da dignidade humana como mera forma de justificação da decisão já tomada.
- (C) consiste em demonstrar que os resultados práticos da decisão são compatíveis com os dados empíricos apreciados e com o texto normativo.
- (D) é o resultado de um processo de contraposição de ideias que se desenvolve para promover a dignidade humana em determinado contexto histórico e social.
- (E) faculta a participação de sujeitos interessados, o que possibilitará aos julgadores uma apreciação das mais diversas facetas de um determinado direito analisado.

08. Nos termos da doutrina, Direitos Sociais de defesa

- (A) consistem no conjunto de ações processuais destinadas a proteger os direitos essenciais dos indivíduos.
- (B) podem ser utilizados para definir uma forma de organização do Estado ou da sociedade, desde que sua existência seja indispensável para assegurar determinado direito social.
- (C) são aqueles em que o Estado deve se abster de interferir de modo indevido em determinado direito social.
- (D) são também considerados como sinônimos de direitos de primeira geração, pois representam os direitos clássicos do indivíduo em face do Estado.
- (E) são de aplicação imediata, afetam o interesse de um indivíduo, e não esbarram na reserva do possível.

09. Ao cuidar da Ordem Econômica e Financeira, a Constituição Federal determina que

- (A) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, conforme definidos em lei.
- (B) ressalvados os casos nela previstos, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- (C) o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras independe do país em que estejam sua sede e administração.
- (D) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que previamente autorizado pelos órgãos públicos competentes.
- (E) a lei disciplinará, com base no interesse local, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos, regulará a remessa de lucros e estabelecerá o estatuto jurídico da empresa.

10. Considerando que o Município de São Roque tenha 90 (noventa) mil habitantes, é correto afirmar que, nos termos da Constituição Federal,

- (A) para a composição de sua Câmara Municipal será observado o limite máximo 23 (vinte e três) Vereadores.
- (B) o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- (C) o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- (D) o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 5%.
- (E) o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7%.

11. A Constituição Federal estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, e para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público, entre outros,
- (A) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que não se dará publicidade.
 - (B) proteger a fauna e a flora, permitindo práticas que relativizem sua função ecológica, se extremamente necessárias para a expansão agropecuária.
 - (C) analisar a necessidade de recuperação do meio ambiente, por parte daquele que explorar os recursos minerais, de acordo com a solução técnica por ele ofertada.
 - (D) promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
 - (E) fiscalizar as usinas que operem com reator nuclear, as quais deverão ter sua localização definida em lei municipal, sem o que não poderão ser instaladas.
12. A Constituição Federal prevê que o Estado não intervirá em seus Municípios, exceto quando
- (A) não forem prestadas contas devidas, por dois anos consecutivos ou cinco anos alternados.
 - (B) tiver de prover a execução de lei estadual, ordem ou decisão do Tribunal de Justiça.
 - (C) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento dos serviços de saúde e de assistência social.
 - (D) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
 - (E) deixar de ser paga, por qualquer motivo, por cinco anos consecutivos, a dívida fundada.
13. Ao tratar da Administração Pública, a Constituição Federal determina que
- (A) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei, entre outros, dispor sobre o prazo de duração do contrato.
 - (B) a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, vedadas eventuais ações de ressarcimento.
 - (C) a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregos e funções em autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
 - (D) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos e da função pública, além da indisponibilidade dos bens, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - (E) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens de autoridades ou servidores públicos.
14. Corresponde a um entendimento sumulado vigente no Supremo Tribunal Federal:
- (A) Cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
 - (B) A Constituição, ao assegurar a contagem integral do tempo de serviço público federal, estadual ou municipal para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, proíbe a União, os Estados e os Municípios mandarem contar, para efeito diverso, tempo de serviço prestado a outra pessoa de direito público interno.
 - (C) Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
 - (D) É constitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do imposto territorial rural.
 - (E) A Constituição Estadual pode estabelecer limite para o aumento de tributos municipais.

15. De acordo com o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias (Lei federal nº 13.303/16),

- (A) empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria ao Poder Público.
- (B) sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pelo Poder Público.
- (C) empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas são entidades denominadas paraestatais, têm personalidade jurídica própria e sujeitam-se à fiscalização externa pelo Tribunal de Contas e pela Comissão de Valores Mobiliários.
- (D) admite-se, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta, desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município.
- (E) a empresa pública e a sociedade de economia mista deverão divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores, solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, lançar debêntures conversíveis em ações e emitir partes beneficiárias.

16. As parcerias voluntárias celebradas entre entes federados e aquelas celebradas entre a administração pública e entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, ambas para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco no âmbito do sistema único de saúde, têm natureza jurídica de

- (A) contrato e são regidas pela Lei Federal nº 8.666/93.
- (B) consórcio ou contrato de gestão, regidos pela Lei Federal nº 9.790/99.
- (C) convênio e são regidas pela Lei Federal nº 8.666/93, no que couber.
- (D) convênio e são regidas pela Lei Federal nº 13.019/2014.
- (E) convênio, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e de parcerias regidas pela Lei Federal nº 13.019/14, respectivamente.

17. A Lei Federal nº 13.019/14, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil que especifica, dispensa a realização de chamamento público

- (A) na celebração de termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais.
- (B) na celebração de acordos de cooperação cujo objeto envolva a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial.
- (C) nos casos em que a celebração de parceria seja precedida de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.
- (D) na celebração de termos de fomento ou de colaboração com organizações religiosas.
- (E) na celebração de termos de fomento com sociedades cooperativas.

18. De acordo com a Constituição Federal, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público

- (A) após dois anos de efetivo exercício, só poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (B) poderá adquirir estabilidade antecipadamente, caso seja afastado do cargo para prestar serviços em outro órgão da Administração Direta ou Indireta.
- (C) adquirirá estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- (D) não tem direito a estabilidade, garantia constitucionalmente reservada aos ocupantes de emprego público.
- (E) deverá submeter-se a avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade, para adquirir estabilidade.

19. De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93,

- (A) as obras e os serviços poderão ser licitados apenas se houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes das parcelas a serem executadas no exercício financeiro em curso e nos subsequentes, conforme cronograma físico de desembolso.
- (B) é vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão.
- (C) a execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, sendo vedado estipular que o projeto executivo seja desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços.
- (D) para a contratação de obra de engenharia, o instrumento convocatório poderá conter anteprojeto de engenharia que contemple os documentos técnicos destinados a possibilitar a contratação integrada.
- (E) é inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos de publicidade prestados necessariamente por intermédio de agências de propaganda.

20. De acordo com a Constituição Federal, nos casos em que a prestação de serviços públicos se dá de forma indireta, é correto afirmar que

- (A) se aplica o regime de concessão, permissão ou autorização, conforme a natureza do serviço, mediante celebração de contrato administrativo, precedido de licitação, inclusive para delegação de serviços de educação, saúde e segurança pública.
- (B) permanece aplicável o regime jurídico de direito público, não sendo possível caracterizar relação de consumo entre o usuário do serviço e a concessionária, permissionária ou autorizatória, que se sub-rogam no poder de império do titular do serviço.
- (C) os prestadores de serviço público deverão observar as normas básicas disciplinadas em lei para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário, estabelecendo canal para apresentação de manifestações acerca da prestação de serviços públicos.
- (D) a titularidade do serviço se transfere ao particular em conjunto com a entrega dos bens públicos por meio dos quais são prestados os serviços, assim permanecendo durante o prazo de vigência do contrato.
- (E) ocorre terceirização, com o Poder Público assumindo a qualidade de usuário do serviço, mediante contrato administrativo precedido de licitação, inclusive para delegação de serviços de educação, saúde e vigilância.

21. A apuração da responsabilidade de pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública

- (A) dar-se-á por meio de processo administrativo instaurado e julgado pela autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, admitida a delegação e vedada a subdelegação.
- (B) no âmbito do Poder Legislativo, dar-se-á por meio de processo administrativo instaurado e julgado perante o Tribunal de Contas, com o auxílio de comissão especialmente designada para essa finalidade.
- (C) será conduzida por comissão designada pela autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e integrada exclusivamente por servidores ou empregados públicos estáveis.
- (D) será conduzida por comissão específica designada no âmbito de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com poderes para suspender os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.
- (E) será conduzida por comissão multidisciplinar especialmente designada para essa finalidade, integrada por agentes públicos com poderes para adotar, cautelarmente e mediante justificativa, todas as medidas necessárias para a investigação, inclusive busca e apreensão.

22. Considere o seguinte caso hipotético: uma autarquia federal encontra-se instalada e em funcionamento em um imóvel edificado, de propriedade do Estado, avaliado, pelo Município em que localizado, como bem de valor histórico-cultural local. Pretendendo promover a proteção do patrimônio, o Município poderá

- (A) requisitar o imóvel ao Estado, proprietário do bem.
- (B) instaurar processo de tombamento do imóvel.
- (C) declarar o bem de interesse social, dando início ao procedimento de desafetação e perdimento.
- (D) declarar o bem de utilidade pública, dando início ao procedimento de desapropriação.
- (E) instaurar processo de servidão administrativa.

23. Os processos em trâmite no âmbito do Poder Legislativo, que versem sobre proposições legislativas

- (A) de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, devem ser classificados como reservados pelo prazo necessário à conclusão de sua tramitação.
- (B) de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, dispensam a demonstração de estimativa de despesa e impacto orçamentário-financeiro decorrente de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação proposta.
- (C) de iniciativa parlamentar, não se submetem a controle externo de qualquer tipo.
- (D) de iniciativa popular, devem respeitar as disposições da Lei de Acesso à Informação, exceto se classificados como reservados.
- (E) devem observar as disposições da Lei de Acesso à Informação, assegurando a gestão transparente, o amplo acesso, a divulgação, a disponibilidade, a autenticidade, a integridade e a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, quando houver.

24. Assinale a alternativa que trata corretamente sobre nulidade e anulabilidade do negócio jurídico.

- (A) O negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes.
- (B) É anulável o negócio jurídico por incapacidade absoluta do agente.
- (C) O negócio jurídico anulável não é suscetível de confirmação.
- (D) É nulo o negócio jurídico quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- (E) A anulabilidade do negócio jurídico pode ser pronunciada de ofício.

25. Assinale a alternativa correta quanto à prescrição e decadência, conforme previsão do diploma civil.

- (A) A interrupção da prescrição poderá ser dada, uma única vez, por despacho do juiz incompetente, que ordene a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- (B) É vedado ao juiz conhecer de ofício da decadência legalmente estabelecida.
- (C) Não corre a prescrição entre os cônjuges e os relativamente incapazes.
- (D) A interrupção da prescrição por um credor aproveitará aos outros, sendo eles solidários ou não.
- (E) É anulável a renúncia à decadência fixada em lei.

26. Sobre os contratos típicos estabelecidos no Código Civil, assinale a alternativa que está de acordo com os preceitos ali definidos.

- (A) No contrato estimatório, o consignatário exonera-se da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível.
- (B) É nulo o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (C) No contrato de troca, é nula a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, independentemente do consentimento dos outros descendentes.
- (D) No seguro de pessoas, a apólice ou o bilhete de seguro serão nominativos ao portador.
- (E) A transação interpreta-se restritivamente, e por ela se transmitem, se declaram ou reconhecem direitos.

27. No que tange às regras previstas na legislação civilista atual, assinale a alternativa correta quanto aos atos unilaterais de pagamento indevido ou enriquecimento sem causa.

- (A) Àquele que voluntariamente recebeu pagamento indevido incumbe a prova de tê-lo feito por erro.
- (B) A restituição será devida somente quando não tiver havido causa que justifique o enriquecimento.
- (C) É permitido repetir o que se pagou para solver dívida prescrita.
- (D) Caberá a restituição por enriquecimento mesmo quando a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
- (E) Fica isento de restituir pagamento indevido aquele que, recebendo-o como parte de dívida verdadeira, inutilizou o título.

28. Alberto caminhava na calçada em frente a um hotel quando, da janela de um dos quartos, caiu uma garrafa de vidro que o atingiu, provocando-lhe ferimentos e, conseqüentemente, despesas médicas. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade civil.

- (A) Alberto terá que identificar de qual quarto caiu a garrafa, pois somente contra quem deixou cair o objeto poderá cobrar reparação de danos.
- (B) Alberto poderá exigir a reparação de danos do dono do hotel, independentemente de culpa pelo acidente.
- (C) O dono do hotel não pode ser responsável pela reparação de danos causados por atos de terceiros.
- (D) O dono do hotel poderá ser responsabilizado em caso de culpa pelo ocorrido.
- (E) Alberto não poderá cobrar nenhuma indenização, pois tratou-se de uma fatalidade.

29. Sobre o instituto da doação, assinale a alternativa que está em conformidade com o Código Civil.

- (A) A doação de ascendentes a descendentes não importa adiantamento do que lhes cabe por herança.
- (B) Se o donatário for absolutamente incapaz, é indispensável a aceitação, desde que se trate de doação pura.
- (C) A doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.
- (D) A doação verbal não será válida se versar sobre bens móveis e de pequeno valor e lhe seguir incontinenti a tradição.
- (E) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge até cinco anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.

30. Em relação ao direito das obrigações, assinale a alternativa correta.
- (A) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
 - (B) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela sua parte da dívida.
 - (C) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela que não forem mencionados, mesmo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
 - (D) A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
 - (E) Na obrigação de fazer, se a prestação do fato se tornar impossível, sem culpa do devedor, este responderá por perdas e danos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Os prazos processuais voltados ao Magistrado no processo são impróprios, cabendo, contudo, como regra, afirmar que uma vez conclusos os autos para manifestação judicial, o Código de Processo Civil determina que
- (A) os despachos observarão o prazo de 10 (dez) dias para sua emissão.
 - (B) as decisões interlocutórias serão exaradas no prazo de 15 (quinze) dias.
 - (C) as sentenças devem ser prolatadas no prazo de 30 (trinta) dias.
 - (D) os acórdãos seguirão o prazo de 90 (noventa) dias, objetivando a sua edição.
 - (E) em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por até o triplo do lapso temporal fixado, os prazos a que está submetido.
32. O ordenamento jurídico processual civil estabelece regime próprio, no que diz respeito à concessão de tutela provisória quando requerida contra a Fazenda Pública, sendo certo que
- (A) será cabível liminar em demanda cognitiva de rito ordinário, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança.
 - (B) é permitido, no juízo de primeiro grau, o deferimento de liminar em ação de conhecimento de procedimento comum, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.
 - (C) nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o seu respectivo representante judicial daquela apenas será intimado, quando da sentença de procedência.
 - (D) será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.
 - (E) no mandado de segurança coletivo, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

33. O sistema processual civil brasileiro concede prerrogativas à Fazenda Pública e ao advogado público, com o intuito de preservar a integridade do debate sobre o interesse público em juízo, de modo que
- (A) nas causas em que a Fazenda Pública for parte sucumbente, a fixação dos honorários advocatícios observará o mínimo de 10 (dez) e máximo de 15 (quinze) por cento sobre o valor da condenação.
 - (B) as perícias requeridas pela Fazenda Pública deverão ser realizadas por entidade pública.
 - (C) a multa prevista para a não quitação voluntária do cumprimento de obrigação de pagar aplica-se à Fazenda Pública, quando figurar como executada.
 - (D) o membro da advocacia pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
 - (E) os advogados públicos gozam de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, exceto para o maneio de recursos excepcionais.
34. A contestação é a manifestação mais importante do polo passivo da demanda, na fase postulatória do procedimento comum da etapa de cognição do processo de conhecimento; e a seu respeito cabe asseverar que
- (A) quando sustentar sua ilegitimidade, faculta-se ao réu indicar o correto sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento.
 - (B) incumbe ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.
 - (C) ainda que alegada a incompetência do juízo, será mantida a realização da audiência de conciliação ou de mediação, se tiver sido designada.
 - (D) a ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem não implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.
 - (E) é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria ou alheia, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

- 35.** No dia e na hora designados, o juiz declarará aberta a audiência de instrução e julgamento, devendo o serventuário da Justiça apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar, e,
- (A) finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, sucessivamente, pelo prazo de 10 (dez) minutos para cada um.
 - (B) instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, desde que não empregados anteriormente outros métodos de solução consensual de conflitos.
 - (C) as provas orais serão nela produzidas, ouvindo-se, preferencialmente, primeiro as partes, depois os peritos e, por último, as testemunhas.
 - (D) a audiência poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.
 - (E) o juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, não se aplicando a mesma regra ao Ministério Público.
- 36.** É de responsabilidade dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, incluindo-se em sua competência a análise das seguintes ações:
- (A) de mandado de segurança.
 - (B) de desapropriação.
 - (C) sobre bens imóveis dos Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
 - (D) que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos.
 - (E) declaratória de inexigibilidade de tributo.
- 37.** A apelação é o recurso com maior espectro de devolutividade existente no nosso sistema recursal, devendo ser utilizada, como regra, para impugnação da decisão
- (A) que acolher, quando do saneamento e da organização do processo, pedido de revogação dos benefícios da justiça gratuita, anteriormente deferidos à parte.
 - (B) de julgamento antecipado e parcial de mérito.
 - (C) proferida durante a fase de liquidação de sentença.
 - (D) que julgar liminarmente improcedente o pedido.
 - (E) de resolução do incidente de desconconsideração de personalidade jurídica.
- 38.** Em razão de uma inundação ocorrida em determinado município, o Prefeito da localidade, com fundamento na equidade, isentou do pagamento do IPTU os moradores das propriedades afetadas, o que fez por meio de decreto. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que referido decreto
- (A) não afronta o princípio da legalidade, cuja observância é exigida em se tratando de instituição de tributos e não para os casos de isenção, visto que beneficia os contribuintes.
 - (B) afronta a metodologia da integração tributária, visto que seu fundamento deveria ter sido o da analogia e não o da equidade.
 - (C) afronta as disposições do Código Tributário Nacional em razão do fundamento no qual se baseou o decreto.
 - (D) afronta o princípio da isonomia pelo fato de a isenção não ter sido concedida a todos os munícipes, bastando para tanto o fato da inundação, independentemente das propriedades terem sido afetadas ou não.
 - (E) não afronta o princípio da legalidade, mas afronta o princípio da uniformidade jurídica da tributação.
- 39.** Em sede de medida cautelar fiscal, conforme a disciplina que lhe é conferida pela Lei nº 8.397/92, é correto afirmar que
- (A) o Juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal, uma vez presentes os requisitos exigidos em lei, mediante justificação prévia por parte da Fazenda Pública interessada.
 - (B) quando concedida liminarmente, o requerido será citado para contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir, dentro do prazo legal, que se conta da execução da medida cautelar fiscal.
 - (C) não contestado o pedido, serão presumidos aceitos como verdadeiros pelo requerido os fatos alegados pela Fazenda Pública, caso em que o Juiz decidirá em 5 dias.
 - (D) quando concedida em procedimento preparatório, a Fazenda Pública deverá propor a execução judicial da Dívida Ativa, dentro do prazo de 30 dias contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.
 - (E) o requerimento da medida cautelar, em se tratando de devedor que aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública, quando exigível em virtude de lei, depende da prévia constituição do crédito tributário.

40. Norma da Câmara Municipal de determinado Município alterou, em janeiro de 2019, data em que entrou em vigor, o prazo para pagamento do IPTU que, no exercício anterior, era 20 de fevereiro, para 02 de fevereiro do ano em curso. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) a eficácia da norma deverá ficar suspensa, passando a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.
 - (B) a norma deveria entrar em vigor em 90 dias contados de sua publicação, em observância à noventena.
 - (C) tratando-se de norma que altera a data de vencimento, está sujeita à observância da anterioridade mitigada ou nonagesimal.
 - (D) visando à produção de seus efeitos, a norma deveria ter sido publicada 90 dias antes do término do exercício 2018.
 - (E) a norma é válida e apta à produção de seus efeitos, vez que, alterando o prazo para recolhimento de obrigação tributária, não se sujeita ao princípio da anterioridade.
41. Pedro arrematou em hasta pública um apartamento sobre o qual incidiam dívidas de IPTU no importe de R\$ 6.000,00. Sabe-se que o valor oferecido por Pedro na arrematação foi de R\$ 220.000,00. A respeito da situação hipotética, é correto afirmar que Pedro
- (A) deve pagar R\$ 226.000,00, na qualidade de responsável por sucessão.
 - (B) se sub-roga pela quantia de R\$ 220.000,00, por sua qualidade de arrematante.
 - (C) é responsável subsidiário e, nessa qualidade, deve pagar R\$ 226.000,00
 - (D) na qualidade de responsável tributário, deve pagar o valor de R\$ 214.000,00, de modo a ser abatida a dívida do imóvel.
 - (E) possui a qualidade de substituto tributário e, como tal, deve ao Fisco municipal o valor de R\$ 6.000,00.
42. De acordo com o entendimento sumulado pelo STJ, em se tratando de lançamento por homologação, a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo o débito fiscal
- (A) impõe ao Fisco o dever de homologar expressamente o lançamento, dentro de 5 anos contados da entrega da declaração.
 - (B) impõe a necessidade de homologação, ainda que de forma tácita, dentro de 5 anos contados da entrega da declaração.
 - (C) dispensa qualquer outra providência por parte do Fisco.
 - (D) determina o início da contagem do prazo decadencial.
 - (E) determina o final do prazo prescricional.
43. Constitui crime funcional contra a ordem tributária
- (A) exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal.
 - (B) deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.
 - (C) extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social.
 - (D) utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
 - (E) divulgar informações relativas a representações fiscais para fins penais ou a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
44. No que respeita à isenção e à anistia, assinale a alternativa correta.
- (A) A isenção, quando prevista em contrato, independe de lei, sendo concedida por despacho da autoridade administrativa.
 - (B) A anistia pode ser concedida limitadamente às infrações da legislação relativa a determinado tributo.
 - (C) A isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, desde que com observância ao princípio da anterioridade.
 - (D) A anistia, quando concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei.
 - (E) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas posteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei, como crimes ou contravenções, e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
45. Acerca do crédito tributário, é correto afirmar que
- (A) o depósito do montante integral o extingue, e a moratória o suspende.
 - (B) o parcelamento o suspende, e a compensação o extingue.
 - (C) a transação o extingue, e a remissão o suspende.
 - (D) a consignação em pagamento o suspende, e a conversão do depósito em renda o extingue.
 - (E) a remissão o suspende, e a transação o extingue.

46. Ingressam nos cofres do Poder Público entradas próprias, a exemplo das provenientes da arrecadação de tributos, e entradas cujos valores pertencem a terceiros, a exemplo das cauções. Considerando a classificação das Receitas Públicas, conforme disposto na Lei nº 4.320/64, é correto afirmar que a Receita pública consiste no ingresso de recursos financeiros,

- (A) com ou sem contrapartida no passivo, independentemente de acréscimo patrimonial.
- (B) sem contrapartida no passivo e com aumento do patrimônio líquido do Poder Público, na medida em que são consideradas apenas aquelas que são próprias do Poder Público.
- (C) com contrapartida no passivo, desconsiderando-se as receitas de natureza extraorçamentária porque não ingressam no orçamento.
- (D) sem contrapartida no passivo, considerando-se as receitas não efetivas porque aumentam o patrimônio líquido do Poder Público.
- (E) com ou sem contrapartida no passivo, desconsiderando-se os empréstimos públicos porque seus valores pertencem a terceiros, e o Poder Público deles possui apenas a posse temporária.

47. É princípio orçamentário que impõe ações planejadas, tendo como pressupostos os objetivos a serem atingidos pelo Poder Público, bem como os meios disponíveis para tal consecução. Trata-se do princípio

- (A) do equilíbrio.
- (B) da especialização.
- (C) da programação.
- (D) da exatidão.
- (E) da flexibilidade.

48. Nos termos da Lei nº 4.320/64, as dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital que já se encontrem em utilização pelo Poder Público, são classificadas como

- (A) investimentos.
- (B) subvenções sociais.
- (C) subvenções econômicas.
- (D) inversões financeiras.
- (E) transferências correntes.

49. Suponha que determinado município tenha realizado a compra, regularmente empenhada, de cinco resmas de papel sulfite, tendo sido o material entregue mediante a documentação correspondente, pendente de verificação pelo ente comprador, mas não realizado o pagamento dentro do exercício no qual foi realizada a compra. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que referida despesa deverá ser inscrita como resto a pagar

- (A) processado, tendo em vista que já foi objeto de empenho no exercício da compra, criando para o ente público a obrigação de pagamento.
- (B) processado, tendo em vista que tanto o empenho quanto a liquidação já se operaram no exercício da compra, assegurando direito adquirido ao credor.
- (C) processado porque tanto o material quanto a documentação já foram entregues, assegurando direito adquirido ao credor.
- (D) não processado porque no exercício da compra a despesa foi objeto de empenho, mas não de liquidação.
- (E) não processado porque no exercício da compra se deu o empenho e a liquidação, mas não foi realizado o pagamento.

50. De acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/00, a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos _____, excluindo-se as duplicidades.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- (A) seis anteriores
- (B) onze anteriores
- (C) doze posteriores
- (D) doze anteriores
- (E) vinte e três anteriores

51. Um Estado repassou recursos de capital aos Municípios, em decorrência de um convênio celebrado, objetivando a realização de obras de interesse comum. De acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/00, os recursos desse modo repassados pelo Estado aos Municípios representam

- (A) subsídio social.
- (B) transferência voluntária.
- (C) subvenção social.
- (D) subvenção econômica.
- (E) despesa de custeio.

52. Ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a avaliação final, dá-se o nome de
- (A) anualidade.
 - (B) ciclo orçamentário.
 - (C) exercício financeiro.
 - (D) execução financeira.
 - (E) execução orçamentária.

DIREITO ELEITORAL

53. Suponha que, faltando oito meses para a realização das eleições municipais, José, que reside no município X há 10 (dez) meses e possui 20 (vinte) anos de idade, teve sua filiação ao partido ABC deferida. Passados três meses do deferimento da filiação de José, o partido ABC incorporou-se ao partido FLM. Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto na legislação, é correto afirmar que
- (A) José poderá concorrer às eleições municipais, disputando o cargo de Prefeito, pois a incorporação do partido ocorreu há menos de seis meses do pleito municipal e é esta data que deve ser considerada para efeito de filiação partidária.
 - (B) apesar de José residir no município X, ele não poderá concorrer às eleições municipais, pois a sua filiação partidária deveria ter sido deferida pelo partido no prazo mínimo de 01 (um) ano antes da data das eleições.
 - (C) é dispensável o deferimento da filiação partidária para concorrer às eleições municipais e José poderá se candidatar ao cargo de prefeito do município X.
 - (D) José possui domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo mínimo exigido pela lei, e sua filiação foi deferida pelo partido, respeitando o prazo imposto pela legislação, mas não poderá candidatar-se para o cargo de Prefeito.
 - (E) José não poderá concorrer às eleições municipais, pois ele não possui domicílio eleitoral na circunscrição pelo prazo de 18 (dezoito) meses, e sua filiação partidária não foi deferida há menos de 01 (um) ano da data das eleições.

54. Carlos, eleitor do município de São Roque, horas após votar para o pleito municipal, voltou à seção eleitoral e tentou votar mais uma vez. Considerando o disposto no Código Eleitoral, é correto afirmar que
- (A) Carlos não cometeu crime ao tentar votar novamente, mas ele teria infringido o Código Eleitoral se tivesse tentado violar o sigilo do voto.
 - (B) a conduta de Carlos somente se caracterizaria como crime caso estivesse concluída a votação.
 - (C) a conduta de Carlos é atípica, mas ele teria cometido crime caso votasse no lugar de terceiro.
 - (D) é condição para a punibilidade de Carlos a demonstração de seu conluio fraudulento com um dos candidatos ao pleito municipal.
 - (E) Carlos infringiu o Código Eleitoral, pois votar ou tentar votar mais de uma vez é crime sujeito à pena de reclusão de até três anos.
55. O partido político B recebeu, indiretamente, de Maria, que exerce função de livre nomeação e exoneração na Administração Pública e não é filiada a partido político, auxílio estimável em dinheiro. Considerando a Lei das Eleições, é correto afirmar que
- (A) o partido não cometeu ilegalidade ao receber, indiretamente de Maria, auxílio estimável em dinheiro, pois ela não é filiada a partido político, mas teria cometido ilegalidade se tivesse recebido contribuição pecuniária de governo estrangeiro.
 - (B) o partido político apenas teria cometido ilegalidade se não tivesse encaminhado o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de maio do ano seguinte, discriminando expressamente o auxílio estimável em dinheiro recebido de Maria.
 - (C) o partido político não cometeu qualquer ilegalidade ao receber de Maria o auxílio estimável em dinheiro e mesmo que a prestação de contas de tal pessoa jurídica seja desaprovada por algum outro motivo, o partido poderá participar do pleito eleitoral.
 - (D) há ilegalidade no ato de recebimento, pois é vedado ao partido político receber, ainda que indiretamente, auxílio estimável, em dinheiro, de pessoa física que exerça função de livre nomeação e exoneração, que não seja filiada a partido político.
 - (E) há ilegalidade no ato de recebimento de auxílio estimável, em dinheiro, de pessoa física que exerça função de livre nomeação e exoneração, o que ensejará a desaprovação da prestação de contas do partido e, conseqüentemente, o impedimento de o partido participar do pleito eleitoral.

56. Nos termos da Lei Ordinária nº 1.801/1990, do Município de São Roque, compete privativamente ao Município:

- (A) promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- (B) dispor sobre serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas.
- (C) fazer cessar, no exercício do poder de polícia administrativa, as atividades que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade, estética, moralidade e outras de interesse da coletividade.
- (D) fiscalizar, nos locais de venda ao consumidor, as condições sanitárias dos gêneros alimentícios.
- (E) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

57. Suponha que o Prefeito do Município de São Roque deixou de atender, sem justificar seus motivos, a um pedido de informação regularmente formulado pela Câmara Municipal. Diante de tal situação hipotética, aplicadas as disposições da Lei Ordinária nº 1.801/1990 do Município de São Roque, é correto afirmar que o Prefeito Municipal

- (A) praticou ato passível de ser classificado como infração político-administrativa e, se denunciado, poderá ser afastado pela Câmara dos Vereadores, caso a denúncia seja recebida por, no mínimo, 3/4 (três quartos) dos membros daquela casa.
- (B) não terá praticado ato passível de ser classificado como infração político-administrativa, caso estivesse agindo como Prefeito substituto.
- (C) praticou ato passível de ser classificado como infração político-administrativa e poderá ter seu mandato cassado em processo regular que tramitará na Câmara dos Vereadores.
- (D) não praticou ato passível de ser classificado como infração político-administrativa, mas poderá ser afastado, para apuração, através de despacho fundamentado do Presidente da Câmara dos Vereadores.
- (E) praticou ato passível de ser classificado como infração político-administrativa e poderá ter seu mandato sumariamente suspenso por decisão do Presidente da Câmara dos Vereadores.

58. Com relação à utilização de bens municipais por terceiros, a Lei Ordinária nº 1.801/1990, do Município de São Roque, determina que a

- (A) permissão, que somente incidirá sobre bens móveis, será feita a título precário, através de decreto.
- (B) concessão administrativa de bens públicos de uso comum será outorgada mediante portaria, pelo prazo máximo do mandato do Executivo.
- (C) concessão administrativa dos bens públicos de uso especial dependerá de decreto municipal.
- (D) Prefeitura Municipal poderá conceder máquinas e operadores a particulares, desde que para serviços transitórios e sem prejuízo aos trabalhos do município.
- (E) autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades de usos específicos, transitórios ou definitivos.

59. A Resolução nº 13/1991, do Município de São Roque, dispõe sobre Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque, estabelecendo as atribuições dos membros daquela casa legislativa. A respeito das competências e atribuições dos membros da Mesa Diretora da Câmara, é correto afirmar que

- (A) expedir decreto legislativo autorizando referendo ou convocando plebiscito é competência privativa do Presidente da Mesa.
- (B) compete ao 1º Secretário dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos da Presidência, da Mesa ou de Presidente de Comissão.
- (C) determinar o recebimento e zelar pela guarda das proposições e documentos entregues à Mesa, para conhecimento e deliberação do Plenário é atribuição do 1º Vice-Presidente.
- (D) o 1º Vice-Presidente tem a atribuição de ler a ata e a matéria do expediente, bem como as proposições e demais papéis sujeitos ao conhecimento ou deliberação do Plenário.
- (E) compete ao Presidente da Mesa mandar anotar, em livros próprios, os precedentes regimentais, para solução de casos análogos.

60. Considere a seguinte situação hipotética: Um vereador do Município de São Roque está sendo acusado de utilizar o seu cargo para prática de irregularidades e, por essa razão, um grupo de vereadores pretende constituir uma Comissão Especial de Inquérito. No caso em questão, observados os termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Roque, é correto afirmar que

- (A) uma Comissão Especial de Inquérito somente poderá ser constituída mediante requerimento subscrito por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.
- (B) após constituída, a Comissão Especial de Inquérito terá prazo de funcionamento não superior a 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado a pedido do Presidente da Comissão.
- (C) se constituída uma Comissão Especial de Inquérito, os membros deverão reunir-se no gabinete do Presidente da Comissão ou, na sua ausência, no plenário da Câmara.
- (D) o requerimento de constituição da Comissão Especial de Inquérito deverá conter o número de seus membros, que não poderá ser inferior a 05 (cinco) membros.
- (E) o Relatório Final de uma eventual Comissão Especial de Inquérito independe de apreciação do Plenário da Câmara, devendo o Presidente da Câmara dar-lhe o encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

